



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

SILVANEIDE DOS SANTOS SILVA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR: ANÁLISES TEÓRICAS
EM DUAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ALAGOA
GRANDE PB.**

**GUARABIRA
2020**

SILVANEIDE DOS SANTOS SILVA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR: ANÁLISES TEÓRICAS
EM DUAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ALAGOA
GRANDE PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Linha de Pesquisa: Formação Docente

Orientador: Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira

**GUARABIRA
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Silvaneide dos Santos.
Educação ambiental no contexto escolar [manuscrito] : análises teóricas em duas escolas de ensino fundamental no município de Alagoa Grande-PB / Silvaneide dos Santos Silva. - 2020.
48 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2020.
"Orientação : Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira , Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Educação Ambiental. 2. Escola. 3. Docente. 4. Conscientização. I. Título

21. ed. CDD 910

SILVANEIDE DOS SANTOS SILVA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR: ANÁLISES
TEÓRICAS EM DUAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO
MUNICÍPIO DE ALAGOA GRANDE PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia pela Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito à
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia.

Linha de Pesquisa: Fundamentos da
Educação e Formação Docente

Orientadora: Prof. Dr. Vital Araújo
Barbosa de Oliveira

Aprovada em: 27/11/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Profa. Me. Sheila Gomes de Melo (Examinadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Profa. Me. Márcia Gomes dos Santos Silva (Examinadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Á Deus, pois, sem ele, jamais teria chegado até aqui; a
minha mãe e a meu pai (In memoriam) **DEDICO.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente pelo dom da vida e por me dá forças para chegar até aqui, pois sem ele nada teria conseguido.

A minha mãe, Maria Félix, meu maior exemplo de determinação, amor e carinho pelos seus, a ela sou grata, pois por ela que busco crescimento.

A meu pai Francisco Machado (in memoriam), embora ausente fisicamente, sempre esteve comigo em minhas memórias.

A meu orientador Vital Araújo, que teve paciência e esteve sempre disposto a ajudar quando necessário e em especial as integrantes da banca examinadora as professoras Márcia Gomes e Sheila Gomes.

A todos os professores e professoras da UEPB, que conseguiram nos instruir pelos melhores caminhos educacionais e colaboraram para minha formação.

A todos os professores que participaram deste trabalho e em especial as gestoras que permitiram a pesquisa nas escolas.

A meus irmãos e irmãs, embora a grande maioria esteja distante sempre me apoiaram nas minhas decisões.

A meus amigos e amigas da turma de Alagoa Grande e aos companheiros e companheiras de turma da UEPB- Guarabira, do curso de Pedagogia 2015.1, que compartilharam das alegrias e das agonias diárias.

A todos meus amigos e amigas que sempre me deram força e acreditaram no meu potencial.

Aos meus companheiros de trabalho que tiveram paciência nos dias de angustia e desânimo.

Enfim, sou grata a todos e todas que contribuíram, me apoiaram, me incentivaram de forma direta e indiretamente para que eu chegasse até aqui, um sonho se realiza.

“Quando a última árvore tiver caído, quando o último rio tiver secado, quando o último peixe for pescado, vocês vão entender que dinheiro não se come.”

(Provérbio indígena)

RESUMO

A relação homem/natureza vem passando por diversos problemas, porém os embates acerca desse assunto estão sendo debatidos e ganhando cada vez mais destaque, seja no âmbito social ou nas repartições educacionais. Trabalhar uma conscientização completa do sujeito e para que esta comece desde cedo é primordial, a fim de que ocorram de fato ações e pensamentos voltados para a Educação Ambiental (EA). Para tanto, objetivou-se através desta pesquisa analisar como estava sendo trabalhada as questões ambientais no contexto escolar, para a realização desse estudo efetuou-se uma revisão bibliográfica a partir de teóricos como Dias (2000), Souza (2007), Silva (2016), entre outros. O método utilizado foi de caráter qualitativo, entretanto conduzimos uma pesquisa semiestruturada destinadas aos/as docentes de 02 (duas) escolas do ensino fundamental sendo uma pública e outra privada na cidade de Alagoa Grande PB. Observou-se então que os docentes das duas escolas estão conscientes de seu papel social e ético, objetivando desenvolver uma conscientização e respeito ao meio ambiente. Mesmo diante de toda problemática inerente ao tema, conseguimos enxergar que a interdisciplinaridade tem sido fundamental e isso atrelado a uma escola engajada nessa luta contribui para um melhor processo de conscientização sobre os problemas ambientais. Os resultados obtidos nesta pesquisa concluem que algumas concepções sobre a EA estão sendo trabalhadas tanto na escola na figura do corpo docente, quanto por parte do alunado.

Palavras-Chave: Educação Ambiental. Escola. Docente. Conscientização.

ABSTRACT

The relationship between man and nature has been going through several problems, but the clashes over this issue are being debated and gaining more and more prominence, whether in the social sphere or in educational departments. Working with a complete awareness of the subject and for it to start at an early age is essential, in order for actions and thoughts aimed at Environmental Education (EA) to take place. To this end, the objective of this research was to analyze how environmental issues were being worked on in the school context, to carry out this study a bibliographic review was carried out from theorists such as Dias (2000), Souza (2007), Silva (2016), among others. The method used was of a qualitative character, however we conducted a semi-structured research for the teachers of 02 (two) elementary schools, one public and one private in the city of Alagoa Grande PB. It was observed then that the teachers of both schools are aware of their social and ethical role, aiming to develop awareness and respect for the environment. Even in the face of all the problems inherent to the theme, we can see that interdisciplinarity has been fundamental and this, linked to a school engaged in this fight, contributes to a better process of awareness about environmental problems. The results obtained in this research conclude that some conceptions about AE are being worked on both in the school in the figure of the faculty, as well as by the students.

Keywords: Environmental education. School. Teacher. Awareness.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EA	Educação Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
MA	Meio Ambiente
PCN'S	Parâmetros Curricular Nacional
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNUMA	Projeto das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPP	Projeto Político Pedagógico
SINAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA ..	13
2.1	Meio Ambiente, Educação e Educação Ambiental.....	13
2.2	Políticas Públicas e BNCC na Educação Ambiental.....	18
2.3	EA no Contexto Escolar e na Docência.....	22
2.4	Desafios da Educação ambiental.....	26
3.	CAMINHOS METODOLÓGICOS	27
3.1	Tipo de Pesquisa.....	27
3.2	Sujeito da Pesquisa.....	27
3.3	Instrumento de Pesquisa	28
3.4	Análises dos Dados.....	28
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	42
	APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO DA PESQUISA	45
	APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES (AS)	47

1. INTRODUÇÃO

As questões ambientais vêm tendo maior relevância nas últimas décadas, a relação homem/natureza tem se intensificado cada vez mais. O grande desafio hoje é conseguir educar a sociedade com pensamentos voltados para a sustentabilidade, vivemos a era do consumismo, onde a visão social está voltada basicamente para o poder aquisitivo e material.

Alguns padrões instalados na sociedade são difíceis de reverter, a globalização cada vez mais se consolida tornando assim os sujeitos dependentes e consumistas, sem tantas preocupações com o Meio Ambiente (MA). Como afirma Silva (2016) “vivemos na era do que vale mais “Ter” que “Ser”. O ser humano pensa cada vez mais em ter, em possuir, explorar os recursos naturais como se fossem infinitos, deixa-se de lado a ideia de ser; ser como parte integrante do meio ambiente, tratá-lo como casa, não apenas como meio de obter recursos como se fossem inesgotáveis.

Mediante a esse novo contexto social, é necessário entender a verdadeira importância da Educação Ambiental (EA) diante da crise ambiental a qual estamos vivendo, necessita-se urgentemente mudanças de pensamentos e atitudes que resultem em um ambiente mais sadio para as presentes e futuras gerações, para tanto a colaboração de todos é essencial.

Cabe ainda ressaltar a importância da escola como parte fundamental nesse processo, ela é um ambiente onde os sujeitos desenvolvem valores e atitudes, torna-se fator determinante capaz de possibilitar transformação cultural e social. Ressalta-se também o papel do professor/professora em sala de aula, ele/ela devem assumir seu papel de multiplicadores de conhecimentos, desenvolvendo assim reflexões críticas sobre o contexto local, regional e global, atentando-se para a conscientização do meio em que vivemos.

Partindo dessas reflexões originou-se esta pesquisa, a partir de algumas indagações, observações e preocupações ocorridas ao longo da minha vida quando surgiu o interesse pela EA e como ela pode ser vista quando inserida com mais afinco na sociedade, mais precisamente no meio escolar, sendo esta um lugar privilegiado onde ocorre e proporciona diversas formas de conhecimento, originou-se também esse desejo pela EA após o ingresso no ensino superior e perceber que até então a disciplina Educação Ambiental ainda não estava inserida na grade curricular do curso, questão essa que será abordada ao longo deste trabalho.

O desenvolvimento da pesquisa utilizou-se de uma amostra de 02 (duas) escolas na cidade de Alagoa Grande P.B, sendo uma de setor público e outra de setor privado. A

pesquisa destinou-se aos professores do nível fundamental, sendo estruturada com um questionário contendo 10 questões objetivas fechadas relacionadas ao tema proposto.

Temos como objetivo geral analisar como as escolas juntamente com o corpo docente vêm trabalhando as questões ambientais no contexto escolar. Os objetivos específicos permeiam-se em: identificar como se dá esse processo de desenvolvimento do ensino ao MA na escola; compreender como é a prática pedagógica dos professores em sala de aula e observar qual é a dimensão da EA no campo escolar.

O embasamento se deu através de pesquisas bibliográficas em livros e artigos periódicos a respeito do referido tema, dentre eles estão os PCN'S sobre o MA, algumas leis, a Constituição Federal, assim como alguns autores; tais como: Souza (2007), Penteadó (2000), Silva (2016), Dias (2000) entre outros.

A apresentação da pesquisa se distribuirá em 03(três) capítulos, onde o primeiro trará a fundamentação teórica que abordará alguns aspectos conceituais, teremos algumas considerações sobre a temática, veremos algumas políticas públicas e a BNCC e os desafios da EA. No segundo capítulo serão descritos os caminhos metodológicos da referida pesquisa, por fim no terceiro e último capítulo serão abordados os resultados e discussões.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Neste capítulo teremos alguns conceitos fundamentais que nortearão este trabalho, iniciaremos com algumas considerações sobre a EA, o MA e a Educação. Em seguida conheceremos algumas Políticas Públicas e a BNCC, veremos sobre a EA no contexto escolar e na docência. Por último, serão abordados os desafios da EA.

2.1 MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Para iniciarmos temos que entender o conceito do que vem a ser MA, no entanto, como se encontra em constante processo de construção e evolução ainda é algo indefinido, ao passo que as coisas se modificam requer novo conceito ou nova forma de pensamento quanto ao que venha ser meio ambiente.

De princípio podemos entender MA como o local em que habitamos, tudo o que nele contem faz parte desse ambiente: a água, o ar, a terra, a fauna, a flora, os seres vivos e tudo o que o homem constrói compõe nosso habitat, ou seja, tudo isso compõe o MA. Para tanto, traremos alguns conceitos fundamentais de alguns autores para nos apoiar.

Verdade é, que para alguns sujeitos entendem-se MA apenas como o patrimônio natural, porém deve-se entender que ele não se restringe apenas a natureza, mas tudo o que pertence ao planeta terra, seja ele natural ou não.

Para o dicionário de Aurélio FERREIRA, meio ambiente é “o conjunto de condições e influencias naturais que cercam um ser vivo ou uma comunidade, e que agem sobre eles”. É entendido também como um lugar que abriga vida de todas as formas:

De acordo com a lei 6938/81 que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, meio ambiente abrange um conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite abrigar e rege a vida em todas as suas formas. (SILVA apud Brasil, 1981, p. 5).

Falar de MA é falar do lugar que habitamos, dos cuidados que devemos ter e da atenção que esse lugar merece, pois é dele que garantimos nossa sobrevivência.

O homem deve ter consciência do seu papel em defender o lugar que habita nesse sentido Souza (2007, p.55) considera o homem como um ser progressivamente, que deve adquirir consciência e respeitar o MA e entender a relação entre ele e a natureza. Ao passo

que ele tem esse entendimento, ele é capaz de transformar o espaço que habita num espaço mais agradável para sua sobrevivência e das futuras gerações e dos demais seres vivos.

Ele costuma se ver como “ser” dominante, superior aos demais elementos que compõe o MA. E como resultado dessa prepotência, há anos vivemos sobre grande ameaça de extinção de vidas. Diariamente os noticiários relatam que nosso planeta está entrando em colapso. Para tanto é necessário:

A sensibilização da sociedade, a incorporação do saber ambiental emerge no sistema educacional e a formação de recursos humanos de alto nível foram considerados como processos fundamentais para orientar e instrumentar as políticas ambientais. (LEFF, 2018, p.222)

Com essa sensibilização o homem passará a entender que a terra é sua casa, salvá-la significa salvar sua vida e garantir que as futuras gerações possam usufruir de um ambiente saudável para viverem.

Quando falamos em Educação nos remetemos ao campo escolar, entretanto, a educação abrange o campo formal e informal. Entendemos que a educação é primordial no processo de transformação social, possibilitando um mundo melhor e mais justo.

A educação surge como um meio pedagógico para o exercício da cidadania, ela é como um antídoto que é capaz de tornar indivíduos livres, criativos e autônomos, sendo assim um processo de libertação. Nesse sentido Paulo Freire (1965) afirma que a conscientização é uma das principais tarefas de uma educação realmente libertadora. Ainda segundo Freire: A educação é um ato de amor, e por isso, um ato de coragem. Não se pode temer o debate, é necessário analisar a realidade e não fugir das discussões que permitiam criações.

A Constituição Federal (1988) assegura que a educação é um direito de todos e um dever do Estado, sendo uma prática social, política e de desenvolvimento humano presente em diferentes espaços, principalmente o escolar.

Considerar a educação como fator principal para mudanças de pensamentos e atitudes é fundamental. Só a educação é capaz de transformar, se tratando de EA é preciso entender que:

A educação para a formação de valores, atitudes e competências capazes de apreender e atuar dentro da concepção de um mundo como sistemas socioambientais complexos, implica a necessidade de pesquisar problemas da aprendizagem da complexidade (...) (LEFF, 2015, p.260).

Segundo Souza (2007), podemos observar a escolar “como um centro de excelência para o desenvolvimento do conhecimento a partir de uma prática habitual”. A escola é um ambiente privilegiado onde ocorrem os mais diversos tipos de conhecimentos, ancorada nas experiências, no pensamento crítico e reflexivo, nas atitudes e comportamentos, tudo isso leva os sujeitos a um entendimento que os torna mais humanos.

Com relação as questões ambientais, é importante mencionar que a educação é a arma mais eficaz para combater os graves problemas que o meio ambiente vem sofrendo, para tanto,

(...) a educação comprometida busca a compreensão da questão ambiental não apenas no ponto de vista ecológico (...). A educação ambiental deve promover uma reflexão de todos os fatores envolvidos, buscando soluções concretas que garantam a capacidade de conciliar o uso sustentável dos recursos naturais com justiça ambiental e social. (KIST, 2010, p.19)

A educação é fonte canalizadora de pensamentos e reflexões. Morin (1921, p. 100) afirma que, “(...) é o modo de pensar que permite apreender em conjunto o texto e o contexto, o ser e seu meio ambiente, o local e o global (...)”, assim a educação proporciona pensamentos críticos capazes de mudar o meio ao qual estamos inseridos, se o ser humano compreender que ele faz parte do meio ambiente ele começará a entender que é sua obrigação defender e cuidar do planeta.

O planeta necessita, em todos os sentidos, de compreensão mutuas. Dada a importância da educação para essa compreensão, em todos os níveis educativos e em todas as idades, o desenvolvimento da compreensão necessita da reforma planetária das mentalidades, esta deve ser a tarefa da educação do futuro. (MORIN, 1921, p. 104)

Por isso é fundamental uma educação de boa qualidade, e que esta vise propiciar conhecimentos voltados às questões ambientais, agindo de forma eficaz, combatendo as agressões ocorridas diariamente ao MA. Dessa forma, concordamos com Dias (2000) quando afirma que a educação deve englobar conhecimentos teóricos e práticos, onde o indivíduo deve ser capaz de atuar conscientemente sobre a totalidade que o cerca.

A EA nos remete ao entendimento de como a educação age no ambiente ao qual pertencemos. Para Silva (2018) (...) “A necessidade de discutir esse tema desperta nos indivíduos um entendimento que eles pertencem e fazem parte do meio ambiente e que é dele que garantimos nossa sobrevivência e existência”.

Há anos que se tem debatido sobre as questões ambientais. Um dos criadores do termo Educação Ambiental foi o escocês Patrick Geddes, que foi considerado o pai da EA, em 1779 ele já expressava sua preocupação com os efeitos da revolução industrial na Inglaterra, desencadeada pelo processo de urbanização e suas consequências para o ambiente natural.

Na verdade essas preocupações ocorreram desde o surgimento da humanidade, ‘o ser humano durante toda sua existência transforma-se e transforma’. Para Silva (2016), esse processo de transformação já alertou e tem alertado alguns humanos para esse enxergar a EA.

Segundo Carvalho (2004), por volta das décadas de 60 e 70 do século XX, destacou-se as discussões relacionadas à temática ambiental, a partir de alguns movimentos ambientalistas e de alguns movimentos sociais, estes estavam preocupados com os problemas inerentes das agressões humanas e como a degradação do meio ambiente aumentava consideravelmente.

Às vésperas do século XXI as questões ambientais sobre o meio ambiente se apresentavam como um dos problemas urgentes a serem resolvidos nos tempos que se aproximavam a fim de que a vida do homem na face da terra seja preservada saudável, digna e produtiva. Penteadó (2000) afirma que

A Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo em 1972, mostrou a necessidade de gerar um amplo processo de educação ambiental, o que levou a criar o Programa Internacional de Educação Ambiental Unesco/Pnuma em 1975 e a elaborar os princípios e orientações da educação ambiental na Conferência de Tbilisi em 1977. (LEFF, 2015, p.237)

Foi a partir dessa conferência em Estocolmo que se tomou um rumo voltado para as questões ambientais, criou-se uma agenda para nos anos seguintes tratar dessa temática, embora por volta do ano de 1948 já havia registro do termo Educação Ambiental, mas só se intensificou a partir dessa conferência em 1972.

Ano após anos países se juntavam para tratar as questões ambientais, após cinco anos em Tbilisi na Geórgia em 1977 ocorreu uma conferência onde alguns países juntamente com o Brasil firmaram alguns objetivos, princípios e estratégias para a EA que são adotadas no mundo inteiro até os dias de hoje. Essa conferência se deu através da parceria feita entre a UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Uma das recomendações dessa conferência é que:

O objetivo fundamental da educação ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da preservação e solução dos problemas ambientais, e da gestão da questão da qualidade do meio ambiente. (DIAS, 2000, p.107)

Em 1992 houve a elaboração de outro documento importante, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, conhecida como Rio- 92, que teve como proposta estabelecer princípios para a educação das sociedades sustentáveis tinha por objetivo formar pensamentos críticos, coletivo e solidário, abrangendo a interdisciplinaridade, a multiplicidade e diversidade.

Destaca-se também nesse documento a relação entre as políticas públicas e a EA, que buscava reconhecer a EA como um processo dinâmico, em permanente construção, sendo este orientado aos valores baseados na transformação social.

Esse tratado trouxe alguns princípios fundamentais para a EA, tais como: A educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores, a EA tem como propósito formar cidadãos com consciência local e planetária, a EA deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, dentre outros. Dias (2000).

Nos anos seguintes ainda teve a conferência de Thessaloniki em 1998, chamava a atenção para que se articulassem ações de EA voltados para a ética e a sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação, além de chamar atenção para as práticas interdisciplinares.

No Brasil essa temática já tinha mobilizações de ambientalistas, estudantes, professores, ong's (a exemplo do Grenpeceng, que luta até hoje) e algumas organizações da sociedade civil por volta do ano de 70, porém sua institucionalização ocorreu em meados do ano de 1973 com a criação da Especial do Meio Ambiente que era vinculada a presidência da república. Em 1981 criou-se a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que estabeleceu a inclusão da EA em todos os níveis de ensino.

Foram várias conferências voltadas às questões ambientais, que definiram acordos e estabelecem metas para que os países buscassem diminuir a degradação ambiental e alertar as pessoas para os problemas existentes, para tanto esses acordos foram e são fundamentais para o seguimento de uma EA capaz de modificar a sociedade.

Trata-se de um processo histórico que exige o comportamento do Estado e da cidadania para elaborar projetos nacionais, regionais, locais, onde a educação se defina através de um critério de sustentabilidade que corresponda ao potencial ecológico e aos valores culturais de cada região; de uma educação capaz de gerar uma consciência e capacidade próprias para que as populações possam apropriar-se de seu ambiente como uma fonte de riqueza econômica, de prazer estético e de novos sentidos de civilização; de um novo mundo onde todos os indivíduos, as comunidades e as nações vivam irmanados em laços de solidariedade e harmonia com a natureza. (LEFF, 2015, p.251-252)

É imprescindível uma educação atenta ao pensar reflexivo, que possibilite desenvolvimento de autonomia dos sujeitos, onde estes possam se colocar historicamente numa perspectiva de transformação a partir da realidade local de cada sujeito.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas têm referência ao âmbito das ações governamentais, que tem por objetivo adoção e estratégias que desenvolvam a sustentabilidade urbana, rural e ambiental. Para Bucci (2002) “são programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”.

Quando falamos em MA costumamos pensar que ele sofre os mais diversos tipos de agressões por falta de políticas públicas, e na verdade nosso país é bem respaldado, talvez o que realmente falte não seja a criação de novas políticas públicas, mas sim, intensificação nas fiscalizações e punições severas aos que agredem o MA de formas desordenadas, e nesse sentido é importante entender:

As definições de políticas públicas, mesmo que minimalistas, guiam o nosso olhar para o lócus onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvam, isto é, os governos... as políticas públicas repercutem na economia e sociedade...pode-se então, resumir política como campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e /ou analisar essa ação (variável independente) e, rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2016,p 26)

As esferas políticas e sociais tendem a ter deveres mais estabelecidos sobre o MA, o comprometimento de todos, fundamenta-se no que diz Fonseca et al (2012). A ideia de participação social é amplamente difundida como elemento necessário a uma melhor

formação e implementação de políticas públicas. De nada vale tantas políticas públicas sem serem efetivas e sem uma sociedade ativa e atenta para tais questões discutidas sobre MA.

Nesse sentido o artigo 225 da Constituição Federal determina que: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

As legislações de modo geral propõe a participação de todos de forma responsável sobre as questões ambientais, poder público e sociedade devem está atentos aos deveres e direitos que lhes são atribuídos. Certamente, para engajar todos os setores da sociedade na percepção ambiental é necessário que todos sem discriminação sejam conscientes de suas obrigações, para tanto necessariamente precisa-se que todos tenham conhecimentos das leis vigentes.

Diante do quadro em que o país estava inserido no início do século XX, as mudanças ocorridas na passagem das revoluções industriais, necessitou-se a inserção de políticas públicas voltada para as questões ambientais, foi então que por volta dos anos 90 criou-se o IBAMA, mas vale ressaltar que os debates sobre essas questões foram registradas há anos no Brasil. Algumas políticas públicas foram e são fundamentais até hoje a exemplo do CONAMA, SINAMA, Ministério do Meio Ambiente, entre outras.

Entendemos, pois, a importância de tais políticas para combater os danos sofridos pelo MA. Contudo destacamos aqui a Constituição Brasileira, que promulgou em 05 de outubro de 88 vários artigos que tratam das questões ambientais. A lei de nº 7.797/89 em seu artigo 1º diz que:

Art. 1º- Fica instituído o Fundo de Meio Ambiente, como objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

Nesse art. 1º percebe-se que há uma busca para uma melhor qualidade de vida. “Para a política ambiental os processos de conflitos e consenso assumem grande valor, especialmente quanto ao seu caráter, seu conteúdo e modo de resolução dos conflitos” They (2011, p.150).

Em 1999 foi instituída mais uma lei voltada para essa temática. A lei de nº 9.795/99 que é referente à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Criada pela Presidência

da República, decretada e sancionada pelo congresso nacional dá providências sobre a Educação Ambiental. Em seu capítulo I, nos artigos 1º e 2º diz que:

Art. 1º Entende-se por Educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art.2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação social, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades educativo, em caráter formal e não formal. (BRASIL, Constituição Federal, 2002).

No que tange esse campo educacional, seja ele formal ou não, a referida lei apresenta em seus artigos importantes direcionamentos:

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I-educação básica:

a. educação infantil

b. ensino fundamental e

c. ensino médio;

II-educação superior;

III-educação especial;

IV-educação profissional;

V-educação de jovens e adultos;

Art.13º Entende-se por educação ambiental não formal as ações e práticas educativas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização na defesa da qualidade do meio ambiente. (BRASIL, Constituição Federal, 2002).

Contudo esta Política Nacional de Educação Ambiental determina que a EA deva ser desenvolvida como prática educativa integrada, de forma contínua e permanente, abrangendo todos os níveis de ensino formal. Silva(2018) descreve que a EA é essencial em todos os níveis escolares, tendo assim os PCN's como norteadores.

As políticas educacionais são fundamentais e necessárias, ao que se refere às esferas políticas, em 1996 foi criada a lei de nº 9.394, a Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB). Lei esta que define e regulariza toda a educação do país.

Dessa forma destaca-se mais uma vez que todos têm direitos e deveres, é imprescindível que essa temática esteja presente em todos os setores sociais, além dos mencionados anteriormente relacionados à educação formal e não formal.

A degradação ambiental anda em passos largos, salienta-se aqui que um dos setores capaz de formar cidadãos e cidadãs conscientes desde cedo é nas escolas, para tanto esta não pode andar isolada, ela deve manter uma ligação com a comunidade para que assim possam andar de mãos dadas, lutando e defendendo seu habitat. Pontua Silva (2018) que é essencial que a aprendizagem e o dialogo comecem desde cedo, mais precisamente nos anos iniciais na educação escolar, incorporando a família, pais e responsáveis, diante disso entra a BNCC que objetiva uma melhor aprendizagem nos campos escolares.

A BNCC é um documento em que há algumas definições, objetivando as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo do processo educacional, a partir dela é assegurado os direitos de aprendizagem e do desenvolvimento conforme sugere o PNE.

Por meio da Constituição brasileira de 1988, a EA tornou-se obrigatória em todos os níveis de ensino, contudo ela não poderia ser uma disciplina específica. Em 2017 e 2018, o governo federal propôs uma reformulação no ensino fundamental e médio, o objetivo era implantar uma nova BNCC, onde os temas transversais (inclusive a EA) deveriam estar mais explícitos. (OLIVEIRA & NEIMAN, 2020, p.37)

Segundo Andrade & Piccinini (2017) o desenvolvimento da prática educativa deve perpassar todas as disciplinas básicas e em todos os níveis e modalidades de ensino de forma integrada, para tanto as leis vigentes regem a EA, assim temos como exemplo a Lei de nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, em seu Art. 2º estabeleceu como um dos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente que:

X - Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. (BRASIL, 1981 apud, ANDRADE & PICCININI, 2017, p.1).

No que tange ao poder público diante da CLT de 1988, a PNMA reafirma que:

O Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, s/p apud ANDRADE & PICCININI, 2017, p.1).

Branco et al (2018) destaca que a BNCC é fruto de um processo de debate e negociação com diferentes autores do campo educacional e com a sociedade brasileira''. A

BNCC é norteadora para a educação do Brasil, mediante a todos esses debates com o intuito de buscar caminhos para inserir a EA que criaram-se assim algumas versões da BNCC, foram criadas três versões ao longo dos anos de 2015 até 2017, assim:

Sua primeira versão foi disponibilizada para consulta pública entre outubro de 2015 e março de 2016. A segunda versão foi publicada em maio de 2016, passando por um processo de debate institucional em seminários realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação em todas as Unidades da Federação. A terceira e última versão do documento para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, publicada em abril de 2017, complementa e revisa a segunda versão e cumpre a atribuição do Ministério da Educação (MEC) de encaminhar ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos da Educação Básica, pactuada com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (BRASIL, 2017 apud BRANCO, 2018, p. 196-197).

As discussões sobre BNCC ainda são bastante difundidas na sociedade e nos campos institucionais, abordagens em torno do currículo onde deve ou não conter os principais assuntos contemporâneos e dentre eles está a EA, nesse sentido Branco et al (2018) “Verifica-se que similar aos PCNs e as DCNs, a BNCC não estabelece a Educação Ambiental como componente curricular, propondo que se incorporem aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de “temas contemporâneos” preferencialmente de forma “transversal e integradora”.

Entende-se aqui a importância da BNCC frente à problemática relacionada ao tema, à busca pela integração é viável, entretanto ainda há muito a ser feito, para que se tenham soluções e mais propostas pedagógicas diante dos problemas socioambientais, primordial é a busca pelo desenvolvimento da consciência individual e coletiva mediante aos principais desafios existentes diante dos problemas ambientais.

2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR E NA DOCÊNCIA

A escola é um espaço educativo, colaborativo e propício para o desenvolvimento do conhecimento, sendo capaz de formar sujeitos mais críticos e reflexivos quanto ao meio social ao qual estão inseridos.

Observa-se a escola, como centro por excelência para o desenvolvimento do conhecimento a partir de uma prática habitual, respaldada na concepção da palavra, do pensamento reflexivo, das atitudes e do comportamento, onde a ação e a análise do que é produzido envolvem o conhecimento humano. (SOUZA, 2007, p.17)

Para uma mudança de mentalidade, a escola juntamente com seus colaboradores deve auxiliar na mudança de postura e desenvolver pensamento críticos e autocríticos. Vale lembrar que não é nada fácil inserir a EA no campo escolar, pois atitudes não ecológicas e não sustentáveis são difíceis de mudar. Todavia a escola é fundamental nesse processo, e fica evidente que isso deve acontecer desde cedo, de preferência no ensino de base, mais precisamente no primário e ensino fundamental.

Silva (2018) assegura que: “A escola tem grande influência sobre seu alunado, o espaço escolar tem como dever pensar também nas questões ambientais, ela deve ensinar a cuidar, respeitar e preservar o meio ambiente, para isso o exemplo deve ser demonstrado por todos”.

É perceptível que há em todos os lugares um acentuado processo de degradação ambiental e cultural, destaca-se então a importância da escola como forte combatente. A globalização assoberbada requer que os sujeitos parem e pensem sobre como caminha a sociedade, há uma preocupação inerente para as presentes e futuras gerações. Entendendo essa dimensão catastrófica, é fundamental que a escola seja vista como um dos principais e fundamentais setores que conduza a uma conscientização ecológica:

A EA introduzida nas escolas em todos os níveis e modalidades de ensino do currículo formal e interdisciplinar pode contribuir para produzir mudanças de comportamento pessoal, de atitudes e valores dos cidadãos, no sentido de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. (SOUZA, 2007, p.73)

Ainda segundo a autora é preciso que “(...) a escola se proponha a trabalhar com atitudes, formação de valores, ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos (...)” (SOUZA, 2007)

Entendemos que inserir essa temática no currículo de forma interdisciplinar, efetivamente e atuante não é fácil, mediante aos problemas existentes, mas não é impossível. Silva (2016) aponta que muitas escolas brasileiras já tentaram incorporar esse tema nas disciplinas.

Assim como Silva (2016) questiona sobre como inserir a EA no contexto escolar, ou como disciplina, podemos também fazer a mesma indagação. A autora afirma que “inserir a EA como disciplina entraria em contradição com os documentos norteadores”, inclusive com a lei 9.775/99, que determina o modo interdisciplinar e a transdisciplinar.

Em contrapartida se pararmos para avaliar os graves problemas existentes, iremos perceber que a efetivação de uma disciplina sobre meio ambiente seria elementar.

Não seria viável introduzir uma disciplina que tratasse de forma mais objetiva sobre o referido tema? Sabemos que há um diálogo com temas transversais a exemplo da EA, no entanto mesmo que exista este diálogo por meio da interdisciplinaridade ainda sim percebemos que o meio ambiente ainda sofre diariamente diversos tipos de agressões. Não seria então necessária a inclusão da EA como uma disciplina e que esta continuasse dialogando com as demais?

Referente a esse questionamento já percebemos algumas mudanças significativas e de forma exemplar. Temos como exemplo as escolas municipais de Recife, onde estas começam a introduzir em seu currículo escolar a disciplina de sustentabilidade em 2020. É plausível essa inserção, tendo como objetivo principal uma visão voltada para a sustentabilidade e as emergências climáticas.

Em dezembro de 2019 o Conselho Municipal de Educação de Recife aprovou e tornou obrigatória esta disciplina, alguns assuntos que seriam abordados foram: aquecimento global e suas consequências no cotidiano, formas de vida, sustentabilidade e cuidados com a natureza, dentre outros. Percebe-se então que já há alguns estados aderindo a inclusão de uma disciplina voltada para as questões ambientais.

Se tratando dessa temática, percebemos que a formação docente ainda requer um olhar diferenciado, não é fácil desenvolver a EA em sua totalidade. Por vezes essa formação prende-se apenas em seu objetivo específico, ou seja, formar professores (as) apenas para determinada disciplina. A formação inicial é de suma importância e deve ser vista de forma efetiva para uma transformação educativa.

Segundo Silva (2016) dialogando sobre essa formação afirma que:

Educação Ambiental ainda continua sendo negligenciada na formação inicial, embora haja consenso entre os pesquisadores internacionais e nacionais da urgência em torná-la efetiva na educação formal, há então necessidade das instituições de ensino superior investirem em programas que proporcionem tal formação e ao mesmo tempo, motive a expressão das funções da universidade. (SILVA, 2016, p.127)

Contudo é indispensável mais investimentos para que tenhamos uma formação de qualidade, mais sólida e mais abrangente. Ainda enxergamos grandes desafios referentes a essa formação bastante deficiente.

Para Silva (2016) as transformações só serão alcançadas mediante ao amplo processo de sensibilização e formação que demanda inovações metodológicas. Quando o formando tem essa sensibilidade e ações ambientais corretas, ele pode atuar de forma mais eficaz, seja em sala de aula ou fora dela.

Entende-se que quanto mais o (a) docente tiver referências e conhecimentos sobre temas transversais como a EA, este será capaz de garantir um conhecimento mais completo para passar aos seus alunos.

Professores (as) devem entender que seu conhecimento não pode ser limitado, é necessário trilhar um caminho que envolva um currículo abrangente, para isso a lei 9795/99 em seu art. 11º determina que “a dimensão ambiental deve constar nos currículos de formação de professores em todos os níveis e em todas as disciplinas”, nesse tocante entra a questão da interdisciplinaridade, e que esta consiga produzir um conhecimento do contexto de cada sujeito.

Com base nessa informação como graduanda de curso superior, percebi a dificuldade dessa interdisciplinaridade em todas as disciplinas presente no currículo da instituição, ressalta-se aqui que essa disciplina tornou-se obrigatória a partir de 2016, o que já é uma grande conquista.

Uma disciplina que não estava inserida como obrigatória na grande curricular no ano em que ingressei no ensino superior. Conformo-me em saber que ela já tramita nas salas de aula atualmente como uma disciplina obrigatória, podendo assim formar sujeitos capazes de ter um novo olhar sobre os problemas ambientais, bem como seus direitos e deveres.

Assim sendo, pois, é essencial uma formação que oportunize mais conhecimentos e experiências, construindo pensamentos reflexivos com tendência a uma visão crítica e de autocrítica para que possa sair do campo conceitual em direção à prática, de forma que não fique apenas nos campos universitários.

Corroborando com Penteado (2000, p.56). “É preciso dar um passo transformador. Esse passo aponta na direção de orientar os trabalhos escolares por uma lógica ambiental, a fim de que passemos de uma escola informativa para a escola formativa”. E isso significa que esse processo de informação para formação deve abranger todos os níveis de ensino. Silva (2007) pontua que:

O conhecimento produzido de maneira fragmentada e descontextualizada tende a limitar o conhecimento, bem como produzir informações desconectadas e antagônicas, dissociadas da realidade e sem nenhuma relação com o contexto, priorizando o conteúdo em si. (Silva et al, 2007, p 16).

Souza (2007), afirma que é necessária uma formação adequada desses educadores, de maneira a sensibilizá-los do seu papel político-pedagógico no processo educativo, de modo a se tornarem democráticos, ativos e que possam também sensibilizar seus educandos. Nesse sentido o educador deve se sensibilizar das problemáticas vigentes, para depois desenvolverem uma sensibilização no seu alunado.

2.4 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Discursos em torno das dificuldades da EA nos levam a vários questionamentos e perspectivas, no entanto, ressalta-se que é imprescindível que todos os órgãos atuem de forma que possibilitem uma construção e reconstrução do saber social com visão na realidade local e global.

Falar em EA deriva-se diversos desafios, um deles é a universalização em toda a sociedade, difundir este tema é pertinente. Entende-se, pois, que não é tão fácil quebrar alguns paradigmas instalados na sociedade quando se trata da EA.

Outro desafio que envolve a EA é perceber a realidade local, entender a problematização atual, as atitudes e ações, para tanto a organização escolar deve adotar um processo mutuo de aprendizagem.

Podemos considerar que a formação docente é outro desafio, onde estes por vezes não tiveram ou não tem uma formação adequada para trabalhar esse tema em suas disciplinas. Enfrentar os problemas e pensar na interdisciplinaridade é essencial. Sabemos que não é fácil aplicar essa interdisciplinaridade e aplica-la no cotidiano nas salas de aula.

O desafio é grande e não deve ser visto como desanimador ou angustiante. O prazer de ser educador ambiental reside não na certeza dos resultados, mas na construção permanente de novas possibilidades e reflexões que garantam o aprendizado, o respeito às múltiplas formas de vida e ao planeta e a esperança de que podemos, sim, construir um mundo melhor para todos, igualitário, culturalmente diverso e ecologicamente viável. (LOUREIRO in Brasil, 2007, p.71).

Conseguir envolver a sociedade de forma que todos estejam bem conscientes quanto às questões ambientais é um desafio e tanto, ainda mais aquelas que veem o meio ambiente apenas como um meio de retirar os recursos naturais como se fossem infinitos.

Trabalhar a EA não pode ser de forma superficial, há muita coisa a ser feita, ainda temos muito que evoluir. Sendo assim fundamental que todos façam sua parte.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão apresentados alguns caminhos percorridos para a realização desta pesquisa, teremos abordagens em torno do tipo de pesquisa, do sujeito da pesquisa, os instrumentos de pesquisa e análise de dados, detalhando assim a apuração das informações que nos levarão a obter alguns fins conclusivos.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa baseia-se numa metodologia de observação que se desenvolve em caráter qualitativo, apoiando-se em bibliografias que se deram através de leituras de livros, artigos, dissertações, sites e periódicos. Procurou-se obter uma abordagem que compreendesse como a EA está sendo trabalhada e discutida no contexto educacional, mais precisamente na atuação docente nas salas de aula.

Entendemos que esta pesquisa é fundamental no processo de construção e reconstrução do conhecimento, contudo, concordamos com Kist (2010) quando ela afirma que a pesquisa é vista como uma relação entre sujeitos, sendo ela dialógica, onde o pesquisador é parte integrante no processo investigativo.

3.2 SUJEITO DA PESQUISA

Contamos com 12 professores para a elaboração desse trabalho, todos atuantes no ensino fundamental da cidade de Alagoa Grande PB. Os docentes foram de fundamental importância, uma vez que eles trabalham de forma direta com o objetivo desta pesquisa.

O público alvo aqui estudado tem uma parcela considerável no desenvolvimento deste trabalho, pois estes praticam e vivenciam diariamente tudo aquilo que está sendo estudado. Segundo Chizzoti (2005, p.81) “todos aqueles que têm participação em uma pesquisa, são reconhecidos como sujeitos que elaboram conhecimento”.

3.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Foi elaborado um questionário contendo 10 questões optativas, que foram norteadoras para o resultado e discussões. Possibilitou assim algumas reflexões que nos levaram a desenvolver a proposta deste trabalho. O questionário em questão está disponível no apêndice.

Appolinário (2004) apud Souza (2016) menciona que “o questionário é uma técnica utilizada para coleta de dados; é um tipo de pesquisa escrita que consiste num conjunto de perguntas escritas que devem ser respondidas pelos sujeitos”.

A aplicação do questionário foi destinada aos docentes de 02(duas) escolas, sendo estes atuantes no ensino fundamental do 1º ao 6º ano, tivemos como objetivo principal verificar como os docentes vêm trabalhando as questões ambientais nas salas de aula. Diante do momento ao qual estamos vivendo a nível nacional com a Covid 19, conseguimos desenvolver esta pesquisa antes da pandemia, esta foi desenvolvida in loco o que possibilitou termos a coleta dos dados diretamente com o corpo docente.

Conforme Barros & Lehfeld (1990, p.86) “ A fase de análise dos dados constitui-se em um momento muito importante de todas as pesquisas, pois é nela que buscam as respostas pretendidas, através da utilização dos raciocínios indutivos, dedutivos, comparativos, etc.”

Para a coleta dos dados o recurso utilizado foi apenas o questionário impresso onde este buscou traduzir fielmente as repostas dadas pelos docentes. A apuração dos dados permitiu exprimir alguns comparativos, para tanto se optou pela apresentação dos resultados dispostos em gráficos, os quais serão detalhados no capítulo seguinte.

3.4 ANÁLISES DOS DADOS

Por meio da análise e interpretação dos dados, de modo descritivo, pudemos através da pesquisa obter uma melhor compreensão da coleta dos dados. Isso possibilitou entender de forma mais precisa os objetivos do referido trabalho, de modo que, a intenção desta era observar como a EA vem sendo abordada no contexto escolar.

O conhecimento adquirido a partir do material teórico juntamente com a coleta dos dados proporciona uma visão mais ampla da realidade escolar e os grandes desafios existentes.

Nesse sentido Gil (1999, p. 168), relata que “ a interpretação dos dados tem por objetivo a procura do sentido mais amplo da resposta, o que é feito mediante a ligação com outros conhecimentos já assimilados”.

Apesar da pesquisa se dá em apenas duas escolas, uma pequena amostragem, nos remete a algumas conclusões acerca de como a EA vem sendo desenvolvida no âmbito escolar e como é fundamental a participação dos professores, estes bem preparados e atentos com as questões ambientais, de forma que possa desenvolver pensamentos críticos e reflexivos em seus educandos.

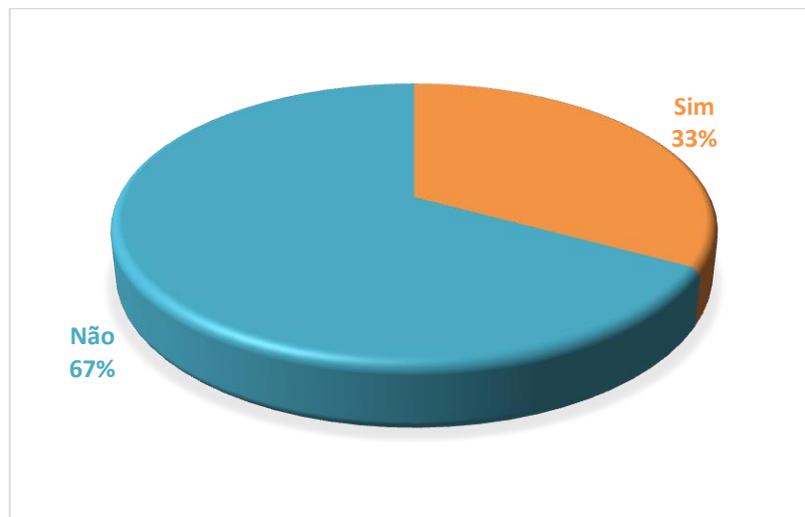
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse capítulo estão disponibilizados os dados colhidos na pesquisa de campo que se realizou nos dias 01 e 09 de outubro de 2019. A partir do consentimento dado pelas gestoras das escolas em questão, desenvolvemos a pesquisa com 12 docentes que responderam um questionário contendo 10 questões optativas, podendo assim nos auxiliar e projetar alguns resultados com a referida pesquisa.

Serão inseridos e analisados alguns gráficos para uma melhor compreensão do fenômeno estudado. Para tanto a intenção da pesquisa foi de compreender como está sendo abordada a EA no contexto escolar, contudo os docentes foram o principal foco, a amostragem entre duas escolas nos ajudou nessa compreensão de como eles estão trabalhando o referido tema no dia a dia. A seguir serão apresentados os resultados obtidos.

A primeira questão traz um panorama da atuação das docentes na área pública, privada ou público-privada. Sendo assim obtivemos entre as 12 docentes o seguinte resultado: 08 ensinam na rede pública, 03 ensinam na escola privada e apenas 01 atua tanto na rede público-privada. As demais questões serão representadas através de gráficos.

Gráfico 1: Você tem alguma formação específica ou teve essa formação no processo de graduação sobre o tema transversal meio ambiente?



FONTE: Pesquisadora,2020

De acordo com o Gráfico 01 a maioria dos entrevistados , ou seja, cerca de 67 % (sessenta e sete por cento) disseram que não possuem essa formação específica e 33% (trinta e três por cento) afirmaram ter. A segunda questão trata de uma análise do percentual em relação a formação específica , a finalidade desta era verificar a quantidade de docentes que tem alguma formação relacionada a EA.

Com base nos dados apresentados , percebeu-se uma porcentagem elevada dos que não possuem essa formação específica, visto que essa formação contribui e muito para o desenvolvimento educacional referente a esta temática nas salas e aula e fora dela.

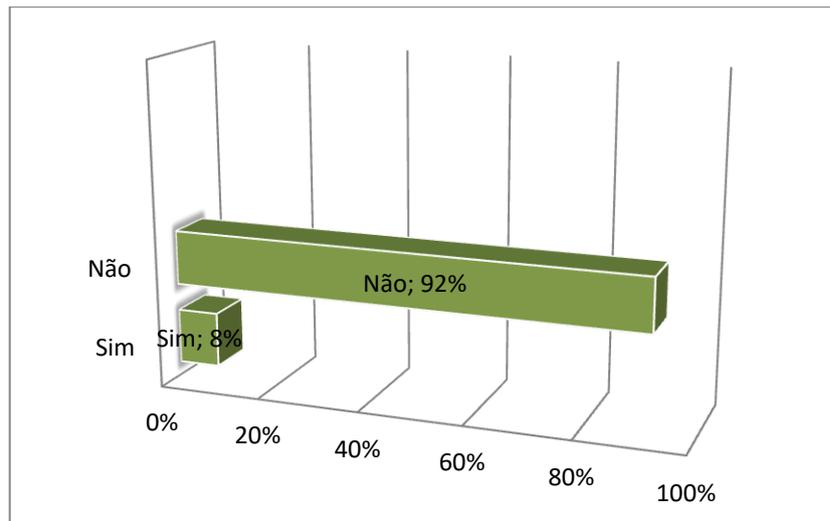
É importante mencionar que o(a) educador(a) tem um papel fundamental e importante no processo de formação de sujeitos , para tanto isso requer um(a) profissional mais completo(a) e consciente. Com base nesse entendimento podemos concordar com Souza quando afirma que:

(...) faz-se necessária a formação adequada desses educadores, de maneira a sensibilizá-los de seu papel político-pedagógico no processo educativo, de modo a se tornarem democráticos, ativos e que possam também sensibilizar os seus educandos, para que a EA se realiza de forma coerente na escola e perpassa para a sociedade. (SOUZA, 2007.p.95)

Dessa forma entendemos que para que haja um melhor processo educativo, professores (as) e futuros(as) professores(as) estejam conscientes de que uma boa formação é essencial,

assim podendo chegar a uma educação emancipatória e elementar em uma sociedade dada como contemporânea.

Gráfico 2: Existem muitas dificuldades para se trabalhar a Educação Ambiental na sala de aula?



FONTE: Pesquisadora,2020

No Gráfico 02 verificou-se que 08 % (oito por cento) responderam que sim e 92% (noventa e dois por cento) afirmaram que não. Notamos que, mesmo alguns não tendo uma formação específica tais educadores (as) não sentem tanta dificuldade em trabalhar a EA diariamente de forma interdisciplinar. Em relação aos resultados obtidos, a terceira questão refere-se às dificuldades encontradas pelos professores e professoras para trabalhar a EA nas salas de aula.

A não dificuldade afirmada pelos colaboradores (as) é animadora. Isso nos remete que as escolas juntamente com a organização escolar trabalham em conjunto, tendo como objetivo desenvolver cidadãos e cidadãs mais conscientes quanto às questões ambientais.

Notamos que, mesmo alguns não tendo uma formação específica tais educadores e educadoras não sentem tanta dificuldade em trabalhar a EA diariamente e de forma interdisciplinar.

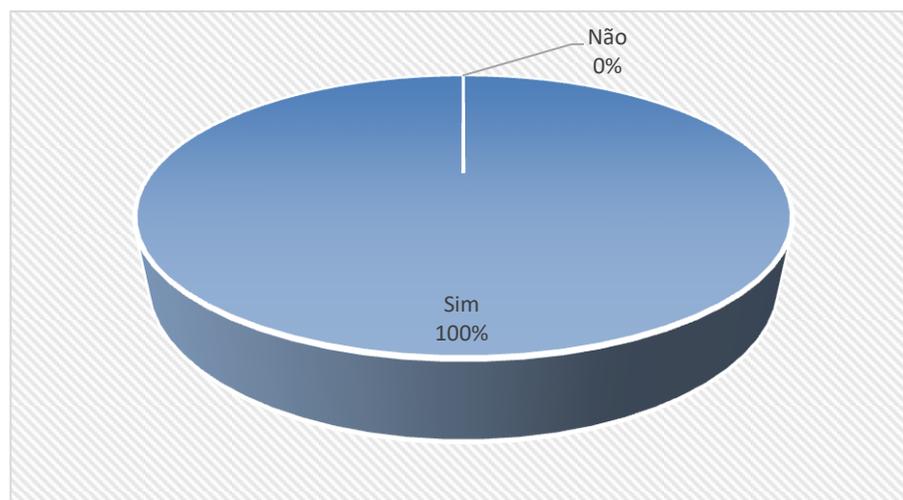
Mesmo que no gráfico anterior demonstre um elevado alto de docentes que não tem formação específica de EA, entendemos que eles têm domínio sobre o assunto, pois todas as

escolas trabalham sob a perspectiva dos PCN'S e dos currículos. Sobre os PCN'S, Souza (2007) descreve que:

Dentre os objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), voltados para o ensino fundamental, a escola deve ser capaz de se aperceber como integrante, dependente e agente transformadora do ambiente, identificando seus elementos para a melhoria do meio ambiente. (SOUZA, 2007, p.75)

E isso inclui a participação docente, escola que trabalha em conjunto com toda organização escolar e com o apoio da família, consegue alcançar melhores resultados no processo de ensino/aprendizagem no campo escolar.

Gráfico 3: A escola possui algum projeto voltado para desenvolver a Educação Ambiental?



FONTE: Pesquisadora,2020

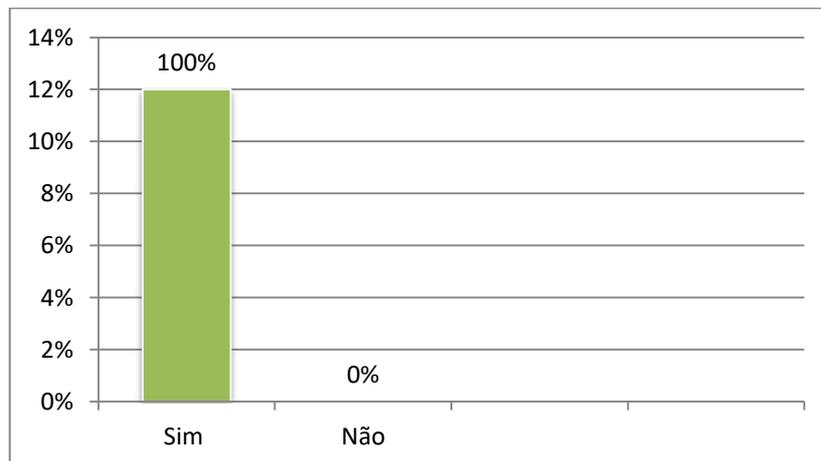
O Gráfico 03 mostra que um total de 100% (cem por cento) dos(as) educadores(as) afirmam que sim, que as escolas possuem projetos que trabalham a EA na escola.

E isso vai de acordo com a argumentação da questão anterior, quando entendemos que o currículo escolar contribui nesse processo educacional, visto que toda escola possui o PPP e todo projeto deve estar alinhado a ele. (...) O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, transmitir visões sociais particulares e interessadas, produz identidades individuais e sociais particulares(...) (MOREIRA E SILVA 2002 apud SOUZA 2016, p. 89)

Entendemos que uma escola preocupada com as questões ambientais deve sempre colocar em seus PPP's projetos voltados para essa temática. É o que afirma Moreira(1999) (...) Inovar a escola e o currículo é desvelar os critérios de seleção e organização do conhecimento escolar.”

Escola que possuem projetos voltados para as questões ambientais mostram está atentas as discussões do cotidiano social. Nesse sentido Silva (2018), afirma que a escola tem papel fundamental na EA, de modo que a instituição escolar adote em seu currículo a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, entretanto não se pode limitar apenas as discussões nas áreas de ciências da natureza , ou um trato superficial.

Gráfico 4: O Projeto Político Pedagógico da escola trabalha de forma interdisciplinar sobre o referido tema?



FONTE: Pesquisadora,2020

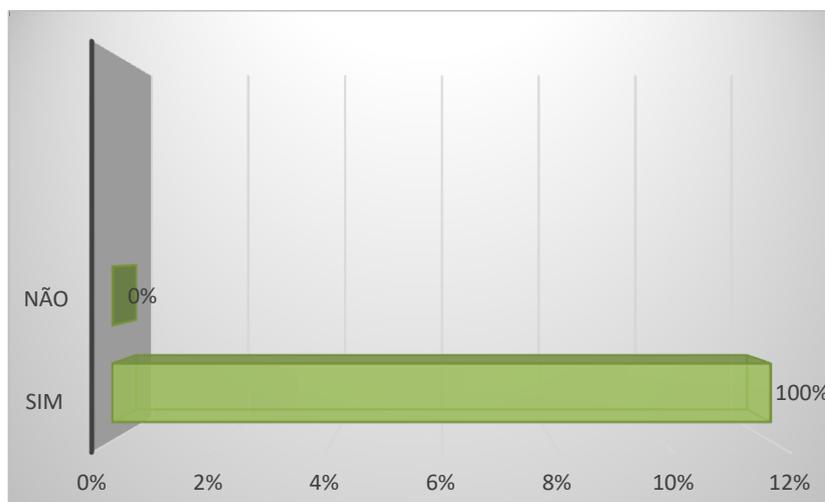
O Gráfico 04 demonstrou que 100%(cem por cento) afirmaram que PPP da escola tem o uso da interdisciplinaridade, isso é um fator positivo, com base nessa afirmação dada pelos(as) docentes, entendemos que atuação em sala de aula está ancorada pelo objetivo do PPP. A questão de número cinco traz um percentual sobre a interdisciplinaridade. Em relação aos resultados obtidos, verificamos que as escolas trabalham de forma interdisciplinar sobre tema o transversal.

Para Silva (2007, p.11), interdisciplinaridade é como “ (...) um caminho para construção de conhecimento significativo, presente nas diretrizes oficiais e projetos de ensino” (...). Entendemos, pois, que cada disciplina apresenta ou oferece uma imagem particular, cujo objetivo destina-se ao seu individualismo, para tanto o meio viável para

incluir temas transversais, levando em consideração que o nosso objeto de estudo é por meio da interdisciplinaridade.

Apesar de que estamos de acordo quando vamos de encontro com alguns pensamentos de alguns defensores de uma disciplina específica, desde que esse tema transversal permeasse com outras disciplinas.

Gráfico 5: Com base nas suas experiências e em seus ensinamentos repassados, você consegue ou conseguiu perceber atitudes e pensamentos ecológicos por parte de seus alunos?



FONTE: Pesquisadora,2020

De acordo com Gráfico 05 em sua totalidade, ou seja, 100%(cem por cento) dos(as) educadores responderam que ao longo da sua atuação em sala de aula, conseguiram sim perceber atitudes e pensamentos ecológicos por parte dos seus alunos.

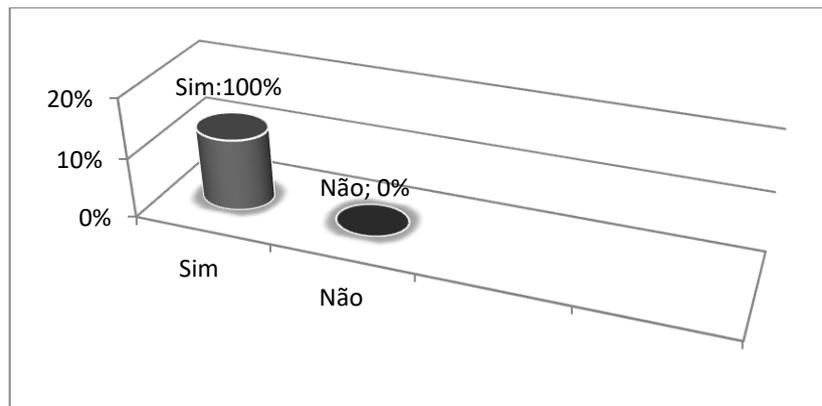
Apesar das dificuldades instaladas no contexto escolar, de modo geral sobre as questões ambientais, entendemos que os(as) educadores dedicam-se ao máximo para trabalhar de forma que consigam meditar sobre as questões ambientais.

É inviável pensar em consciência ambiental sem escola e o/a professor(a) como os principais alicerces. Professores(as) que enveredam por este caminho de levar conhecimentos sobre a EA, certamente estarão dando grande passo na formação de cidadãos e cidadãs mais conscientes e completos.

Ao passo que o/a professor(a) atua diariamente na questão principal, quer direcionar um novo olhar sobre o meio ambiente e que é dele nossa garantia de sobrevivência, quando ele trabalha as pequenas atitudes na escola e na sala de aula, ele faz com que o aluno(a)

adquirir nova postura e conseqüentemente reproduzindo tudo o que aprendi através do professor.

Gráfico 6: Em meio aos desafios diários, você consegue desenvolver atividades práticas, possibilitando assim o melhor desenvolvimento do seu aluno quanto às questões ambientais e coloca-os no seu plano de aula?



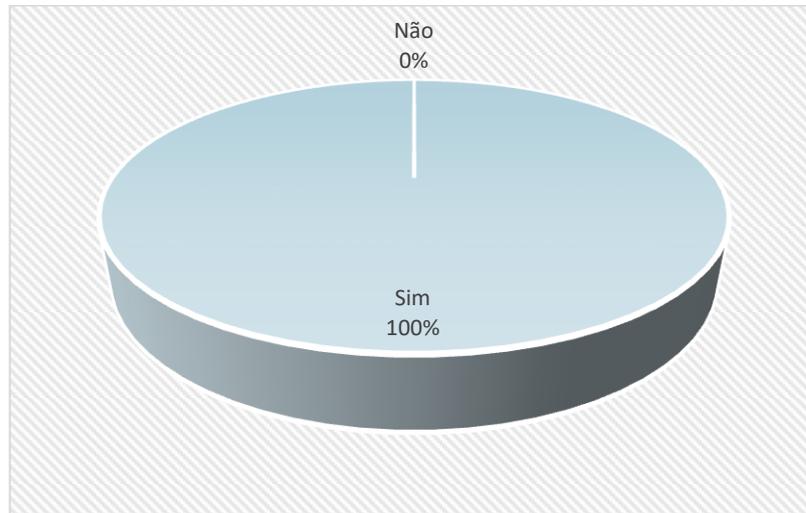
FONTE: Pesquisadora,2020

Na análise dos resultados referente ao Gráfico 06, pudemos constatar que 100%(cem por cento) dos docentes afirmaram que mesmo diante das dificuldades diárias, eles conseguiram desenvolver atividades práticas com visão para desenvolvimento do seu alunado.

Com base no resultado, enalteçemos aqui a importância do/da profissional dedicado(a) e consciente, isso nos leva a crer que mesmo mediante as dificuldades existentes, eles(elas) buscam e integram no seu plano de aula conhecimentos sobre meio ambiente e isso contribui e muito para a melhor qualidade e desenvolvimento dos educandos.

Nesse sentido Penteadó (2000, p. 64) descreveu que: O/a professor(a) deve trabalhar com os conceitos através de vivência na sala de aula, deve também explorar os conceitos, reorganizar, problematizar, utiliza-se da realidade local, e ter materiais didáticos para lhes auxiliar. E todo esse envolvimento do educador requer um planejamento e esse se dá através dos planos de aula.

Gráfico 7: É possível desenvolver nas salas de aula atividades que despertem a curiosidade e criatividade dos alunos com a finalidade de desenvolver uma cultura voltada para sustentabilidade?



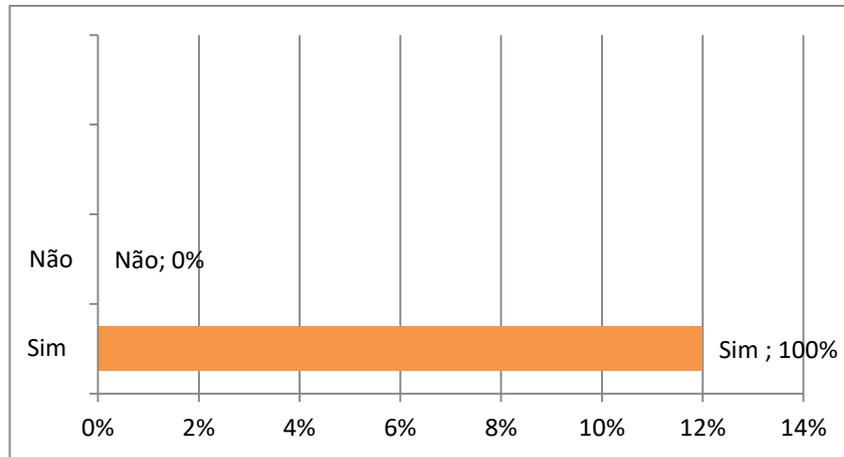
FONTE: Pesquisadora,2020

O gráfico 07 mostrou o resultado das repostas dadas pelos(as) docentes, num total de 100%(cem por cento), trata-se aqui da realização de atividades que desenvolvam uma cultura voltada para sustentabilidade, sabemos que toda teoria adquirida em sala de aula só pode ser efetiva quando colocada em prática.

A partir das respostas percebemos que os(as) docentes conseguem sim desenvolver em seus alunos a curiosidade e a criatividade, isso tudo com a finalidade de trazer a tona as questões ambientias que tanto aflinge a humanidade. Efatizamos aqui a fala de Paulo Freire quando ele diz que a educação é um ato de amor e de coragem, o professor não pode temer ao debate, deve analisar a realidade e instigar discussões criadoras.

Ação docente atrelada a dialogos em sala de aula levam a embates reflexivos, assim os sujeitos participam efetivamente e toda atividade desenvolvida por parte dos professores podem despertar um maior interesse para essa temática.

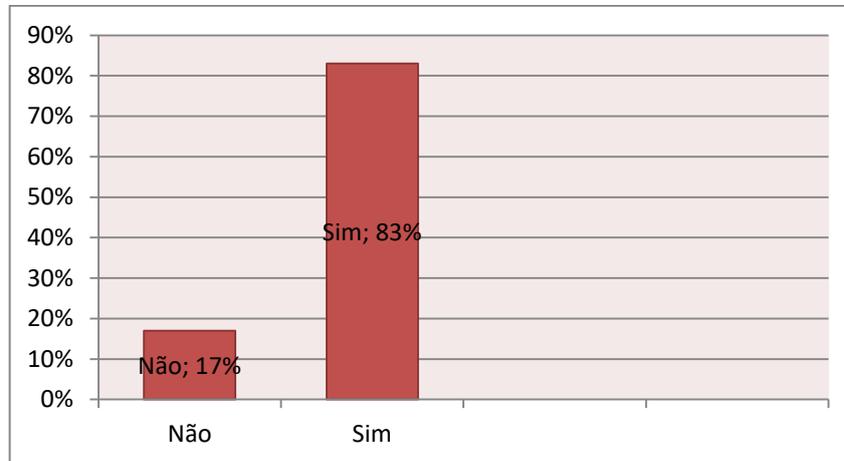
Gráfico 8: Você acredita que uma comunidade escolar que envolva professores, diretores, funcionários em geral juntamente com pais e alunos ocorrerá uma melhor conscientização ambiental, podendo assim garantir melhores condições para as gerações presentes e futuras?



FONTE: Pesquisadora,2020

O Gráfico 08 apresentou que 100%(cem por cento) dos/das pesquisados(as) apontaram que há sim essa relação entre os envolvidos para que no âmbito escolar exista essa conscientização, visto que só se pode mudar a realidade em que estamos vivendo, com relação a degradação ambiental é através da conscientização de todos. A questão de número 09 trás essa questão do envolvimento da escola em consonância com família , a fim de que de todos possam dentro de seus deveres propor uma formação completa dessas crianças, ressalta-se aqui a formação de valores e de atitudes. Não compete apenas a escolar educar sujeitos, essa responsabilidade de educar sai dos campos escolares e atinge toda sociedade, entende-se que a família também é fundamental nessa educação.

Gráfico 9: Diante dos desafios e dificuldades da atualidade com relação às questões ambientais, você acredita que uma disciplina específica sobre educação ambiental agiria de forma mais eficaz, podendo assim desenvolver melhores valores e ações voltadas pra interesses ambientais?



FONTE: Pesquisadora,2020

O Gráfico 09 trouxe o percentual com relação a criação de uma disciplina específica relacionada a EA. Para tanto, obtivemos uma porcentagem correspondente a 83% (oitenta e três por cento) afirmando que deveria sim, induzindo para a criação de uma disciplina específica, já 17% (dezessete por cento) afirmaram que não há necessidade dessa criação.

Fica evidente aqui que há um desejo de grande parte dos(as) docentes para a criação de uma disciplina específica, entende-se que esse desejo requer iniciativas e programas governamentais para a implementação de tal. Sabe-se que os PCN'S bem como a CNE entendem que a Educação Ambiental deve permear entre todas as disciplinas de forma diferenciada, não deve ser colocada como disciplina específica, mas sim como tema transversal. (BERNARDO & PRIETO, 2010, p. 76)

Entretanto alguns defensores entendem e recomendam a criação de uma disciplina específica, eles alegam que a transversalidade não funciona na prática nem traz garantia de que ela seja praticada nas instituições de ensino. Outro argumento é que a EA como disciplina teria mais visibilidade e materiais didáticos específicos, salienta-se aqui que alguns(as) educadores(as) mesmo tendo formação específica, formados(as) em cursos de extensão e/ou especialização, por vezes são destinados(as) a ministrar aulas de Ciências, Português, Matemática e buscar meios para desenvolver a EA nas salas de aula.

Segundo Bernardo e Prieto (2010, p.177) “há também dezenas de solicitações aos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, de parlamentares e entidades, para inclusão da

disciplina de Educação Ambiental nos currículos da educação básica (ensino fundamental e médio)”.

Permeando essas discussões temos como exemplo as escolas municipais de Recife no estado de Pernambuco, no ano vigente conseguiu integrar a disciplina de sustentabilidade (relatos já mencionados anteriormente no texto). Em Minas Gerais foi criada a Lei Estadual n.º 15.441/2005, onde possui uma Política de Educação Ambiental, teve origem de um projeto que previa a criação de uma disciplina de Educação Ambiental na educação básica, em sua tramitação este projeto seguiu as orientações internacionais e da legislação federal, sua proposta conseguiu definir diretrizes para Educação Ambiental na sua rede estadual de ensino.

Com base nos fatos mencionados, verifica-se que as propostas pedagógicas já inseridas e as que ainda estão em trâmites têm por objetivo introduzir a EA buscando formas que resultem.

Há quem defenda a não inclusão da EA como disciplina, por acreditar que a interdisciplinaridade é suficiente, no entanto o caminho da inclusão nos leva a acreditar que será fundamental para despertar o cuidado, a preocupação, direito e a garantia de um ambiente ecologicamente equilibrado levando em conta o bem estar coletivo e uma boa qualidade de vida.

Concordamos com Penteado (2000) quando ela afirma que:

É preciso dar um passo transformador. Esse passo aponta na direção de se orientar os trabalhos escolares por uma lógica ambiental, a fim de que passemos da escola informativa para a escola formativa. É preciso e possível contribuir para a formação de pessoas, capazes de criar e ampliar espaços de participação nas “tomadas de decisões” de nossos problemas socioambientais.” (PENTEADO, 2000, p. 56)

Para que ocorra esse passo transformador a educação reflexiva e emancipatória é essencial, tendo a escola e os/as docentes como mediadores na formação de valores, atitudes e pensamentos críticos voltados para o meio ambiente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental como tema transversal vem ocupando um espaço bastante significativo no contexto escolar, entendemos o quão importante é trazer à tona reflexões e ações que dão de encontro às questões ambientais. No que se refere aos conhecimentos necessários à compreensão da problemática ambiental, a educação do brasileiro precisa passar por algumas mudanças que estão nas leis vigentes sobre MA. Diante desse contexto, é emergente um novo modelo educacional que vise avanços e formas sustentáveis, para tanto é essencial o envolvimento de toda a sociedade.

Fica evidente, diante dessa problemática que é preciso buscar nas bases da educação brasileira práticas pedagógicas que levem ao debate e incentivem reflexões ecológicas, é necessário socializar ideias dando ênfase na construção de bases dos conceitos de conscientização e cidadania. Evidencia-se aqui o ambiente escolar como um lugar de constante aprendizado, renovação e aprimoramento dos conhecimentos. Vale lembrar que a escola juntamente com toda a organização escolar possui um papel fundamental nesse processo de mudança de atitudes e pensamentos.

Portanto, partindo do entendimento da complexidade ambiental que é transdisciplinar, vai além das esferas do conhecimento abordado nas disciplinas dos diferentes níveis educacionais, esse novo modelo de educação deve ser direcionado para a formação de indivíduos mais conscientes, éticos e com os conhecimentos mais completos, estes suficientes e voltados para o mundo real. Vivemos a beira de uma catástrofe ambiental, e educar os sujeitos agora e desde cedo é fundamental para nossa sobrevivência e das futuras gerações.

Com base nos estudos e mediante a coleta dos dados, observou-se que os docentes das escolas pesquisadas têm colaborado para uma melhor integração da EA nas salas de aula. Foi possível perceber que mesmo diante de toda problemática inerente ao tema, conseguimos enxergar que a interdisciplinaridade tem sido fundamental e isso atrelado a uma escola engajada nessa luta e como protagonista um professor que desempenhe seu papel de mediar contribui para um melhor processo de conscientização sobre os problemas ambientais.

A metodologia utilizada nesse estudo expôs num primeiro momento a necessidade de falar sobre a importância da EA, e isso se deu através de textos de autores, buscou-se de início embasamentos que propusessem conhecimento voltado para essa temática. Num segundo momento, observou-se que de maneira geral as duas instituições de ensino em conjunto com o corpo docente estão buscando caminhos que levam a uma conscientização mais completa

frente à problemática ambiental. Notou-se que os educadores mesmo diante das dificuldades diárias e mesmo que a grande maioria não possuindo formação específica sobre AM, eles estão conseguindo integrar as questões ambientais junto aos conteúdos programáticos.

Ressalta-se aqui que todo pensamento crítico e emancipatório vem da educação, quando se fala em educação remete-se ao ensino/ aprendizagem, concordamos com Freire (1996) quando afirma que “ ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção e construção”, ou seja, a construção do conhecimento requer um ensinar que possibilite sujeitos completos e conscientes de seus direitos e deveres.

A partir dos resultados desta pesquisa, almejamos contribuir para novos aprofundamentos sobre o tema, possibilitando dentro do campo educacional bem como no social, pensamentos e ações ecológicas, salienta-se que a ideia aqui presente não é limitar, tampouco finalizar as discussões e reflexões abordadas ao longo deste trabalho, visto que o tema é bastante amplo e complexo. Buscou-se aqui realizar uma pequena contribuição para que docentes e discentes sejam atuantes, de forma que todos estejam conscientes do seu papel social em defesa da vida e do lugar em que habitamos. Acreditamos ser um tema bastante relevante por ser tratar de algo tão sério e importante, presar pela nossa vida e das futuras gerações, portanto esperamos que esta pequena parcela contribua de modo singular para uma educação cidadã mais completa e mais preocupada com o meio ambiente.

Ao final dessas considerações podemos concluir que para acontecer à formação da consciência ambiental dos sujeitos e do desenvolvimento do exercício da cidadania é necessário passar pela escola formativa. Silva (2016) aponta que precisamos repensar nossas atitudes em relação ao MA, é necessário fomentar a formação de uma nova sociedade. Embora tenhamos um cenário negativo, ainda há esperança, entretanto, a mudança deve partir de nós, temos que agir, ela finaliza argumentando que a fé sem obra é morta.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carolina P.de, PICCININI, Cláudia Lino. **Educação Ambiental na Base Nacional Curricular: retrocessos e contradições e o apagamento do debate socioambiental.** IX EPEA- Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. 2017.
- BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. PRIETO. Élisson Cesar, **Educação Ambiental: disciplina versus tema transversal.** Ver. Eletrônica Mestr. Edu. Ambient. ISSN 1517-1256. 2010
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Ministério da Educação e Cultura. **Consumo Sustentável – Manual de Educação.** Brasília: Consumers International /MMA/ MEC/IDEC, 2005.
- BRAZIL. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** - 4.ed.- Brasília ,DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas,2020.59p.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes, & LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa: Proposta Metodológica.** 16.ed.Petrópolis (RJ): Vozes ,1990
- BRANCO, Emerson Pereira, et al. **A abordagem da Educação Ambiental nos PCNS, nas DCNS e na BNCC.** Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia/Unesp - Presidente Prudente. 2018
- Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5526> Acesso em: 22 de outubro de 2020.
- BUCCI, Maria Paula Dallar. **Direito administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva 2002.
- CARVALHO, I.C.M. **Educação Ambiental : a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez,2004
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.**3 ed. São Paulo: Cortez,2005

DIAS, Genebaldo Freire. 1949- **Educação ambiental: princípios e práticas/** Genebaldo Freire Dias-6ª ed.rev.e ampl. pelo autor-São Paulo: Gaia, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. 1921-1997: **Educação como prática libertadora.** Paulo Freire. - 1.ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra,2015

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Pág. 168. São. Paulo: Altas, 1999.

KIST, A. C. Ferreira. **Concepções e práticas de educação ambiental:** Uma análise a partir das matrizes teóricas e epistemológicas presentes em escolas estaduais de ensino fundamental de Santa Maria - RS. Dissertação de mestrado. Santa Maria, RS, Brasil 2010.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder/**Enrique Leff; tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

Portal de Resíduos Sólidos. **História da Educação Ambiental no Brasil e no Mundo.** 2013
Disponível em: <https://portalresiduossolidos.com/historia-da-educacao-ambiental-brasil-e-mundo/>
Acesso em: 09 de março de 2020

MOREIRA, A.F.Barbosa. **Currículo: Políticas e Práticas /** Antônio Flavio Barbosa Moreira (org). - Campinas SP. Papyrus. 1999

OLIVEIRA, Lucas. de, & NEIMAN, Zysman. **Educação Ambiental no Âmbito Escolar:** Análise do Processo de Elaboração e Aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA), 15(3), 36-52. 2020
Disponível em: <https://doi.org/10.34024/revbea.2020.v15.10474> Acesso em: 21 de agosto de 2020.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Meio Ambiente e formação de professores/** Heloísa Dupas Penteado- 3.ed-São Paulo: Cortez,2000.(Coleção questões da nossa época; V.38)

SANTOS, José Matheus. **Escolas da rede municipal do Recife terão disciplina de sustentabilidade.** Por José Matheus Santos. 2020

Disponível em: <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2020/02/04/escolas-da-rede-municipal-do-recife-terao-disciplina-de-sustentabilidade/> Acesso em: 21 de setembro de 2020.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. [et al.] **Desafios contemporâneos na Educação**/Eduardo Jorge Lopes da Silva- João Pessoa: Livro Rápido,2007. 137 p.

SILVA, Monica Maria Pereira da. **Manual teórico metodológico de educação ambiental**/ Monica Pereira da Silva. - Campina Grande: Maxgraf, 2016. 175 p.: il.,color.

SILVA, Silvaneide dos Santos et al.. **A importância da educação ambiental**: análise da prática educativa de uma escola do município de Alagoa Grande /PB. Anais V CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/454> Acesso em: 12/11/2020

SOUZA, C. **Políticas públicas**: Uma revisão de literatura. Sociologias. 2016

SOUZA, Joselma Maria Ferreira de. **Educação ambiental no ensino fundamental**: metodologias e dificuldades detectadas em escolas de município no interior da Paraíba/ Joselma Maria Ferreira da Silva. - João Pessoa, Editora Universitária, 2007. 191p.

THÉRY, Neli Aparecida de Mello. **Meio Ambiente, globalização e políticas públicas**. Revista gestão e Políticas Públicas. 2011

BRANCO, Emerson Pereira, et al. **A abordagem da Educação Ambiental nos PCNS, nas DCNS e na BNCC**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia/Unesp - Presidente Prudente. 2018

Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5526> Acesso em: 22 de outubro de 2020.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO DA PESQUISA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, CENTRO OSMAR DE AQUINO,
CAMPUS III-GUARABIRA LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Prezado Diretor (a), gostaríamos da participação da escola EMEF. Joaquim Clementino da Silva Freire na presente pesquisa, que tem por objetivo fazer um levantamento da Educação Ambiental no contexto. Temos como tema preliminar **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR: ANÁLISES TEÓRICAS EM DUAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ALAGOA GRANDE PB**

Eu Paula Cristina da Silva Nepomucena Nogueira,

AUTORIZO E CONCEDO a **SILVANEIDE DOS SANTOS SILVA**, graduanda no curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III- Guarabira PB. Portadora da (matrícula nº 151465053). Sob orientação do Prof. **Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira**, os direitos de publicar, integralmente ou em partes, sem restrições de prazo a pesquisa realizada na escola.

Será disponibilizado em anexo o questionário a ser aplicado aos(as) professores(as).

Alagoa Grande, 01 de Outubro 2019.

Silvaneide dos Santos Silva

Graduanda: Silvaneide dos Santos Silva

Paula Cristina da S. N. Nogueira

Gestora da Escola

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
JOAQUIM CLEMENTINO DA SILVA FREIRE
RUA JOAQUIM JOSE DE ALMEIDA, 153
ALAGOA GRANDE - PB
CNPJ 01 921 686/0001-16

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
JOAQUIM CLEMENTINO DA SILVA FREIRE
RUA JOAQUIM JOSE DE ALMEIDA, 153
ALAGOA GRANDE - PB
CNPJ 01 921 686/0001-16

TERMO DE CONSENTIMENTO DA PESQUISA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, CENTRO OSMAR DE AQUINO,
CAMPUS III-GUARABIRA LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

Prezado Diretor (a), gostaríamos da participação da escola Sistema Dinâmico de Ensino / Cantinho do Saber na presente pesquisa, que tem por objetivo fazer um levantamento da Educação Ambiental no contexto. Temos como tema preliminar **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR: ANÁLISES TEÓRICAS EM DUAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ALAGOA GRANDE PB**

Eu Luizine Farias de Albuquerque Dutra,

AUTORIZO E CONCEDO a **SILVANEIDE DOS SANTOS SILVA**, graduanda no curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III- Guarabira PB. Portadora da (matrícula nº 151465053). Sob orientação do Prof. **Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira**, os direitos de publicar, integralmente ou em partes, sem restrições de prazo a pesquisa realizada na escola.

Será disponibilizado em anexo o questionário a ser aplicado aos(as) professores(as).

Alagoa Grande, 09 de outubro 2019.

Silvaneide dos Santos Silva

Graduanda: Silvaneide dos Santos Silva

Luizine Farias de Albuquerque Dutra

Gestora da Escola

Questionário para professores (as)

Prezado professor (a), o presente questionário tem por objetivo fazer um levantamento sobre como é o processo de ensino sobre a Educação Ambiental no Contexto Escolar, para tanto sua participação será de fundamental importância, sendo suas respostas inseridas na elaboração do TCC, que tem como tema preliminar **Educação Ambiental no Contexto Escolar: Análises teóricas em duas escolas de ensino fundamental no município de Alagoa Grande PB.**

Pesquisadora: **Silvaneide dos Santos Silva (Graduanda em Pedagogia UEPB- Campus III- Guarabira)**

Professor/Orientador: **Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira**

Nome do professor (a): _____

Escola que ensina: _____

Disciplina / série que ensina: _____

Número de alunos: _____

Idade dos alunos: _____

QUESTIONÁRIO

1. Você leciona em escola:

() Pública () Privada () Público-Privada

2. Você tem alguma formação específica ou teve essa formação no processo de graduação sobre o tema transversal meio ambiente?

SIM ()

NÃO ()

3. Existe muitas dificuldades para se trabalhar a Educação Ambiental na sala de aula?

SIM ()

NÃO ()

4. A escola possui algum projeto voltado para desenvolver a Educação Ambiental?

SIM ()

NÃO ()

5. O Projeto Político Pedagógico da escola trabalha de forma interdisciplinar sobre o referido tema?

SIM ()

NÃO ()

6. Com base nas suas experiências e em seus ensinamentos repassados, você consegue ou conseguiu perceber atitudes e pensamentos ecológicos por parte de seus alunos?

SIM ()

NÃO ()

7. Em meio aos desafios diários, você consegue desenvolver atividades práticas, possibilitando assim o melhor desenvolvimento do seu aluno quanto as questões ambientais e coloca-os no seu plano de aula?

SIM ()

NÃO ()

8. É possível desenvolver nas salas de aula atividades que despertem a curiosidade e criatividade dos alunos com a finalidade de desenvolver uma cultura voltada para sustentabilidade?

SIM ()

NÃO ()

9. Você acredita que uma comunidade escolar que envolva professores, diretores, funcionários em geral juntamente com pais e alunos ocorrerá uma melhor conscientização ambiental, podendo assim garantir melhores condições para as gerações presentes e futuras?

SIM ()

NÃO ()

10. Diante dos desafios e dificuldades da atualidade com relação às questões ambientais, você acredita que uma disciplina específica sobre educação ambiental agiria de forma mais eficaz, podendo assim desenvolver melhores valores e ações voltadas pra interesses ambientais?

SIM ()

NÃO ()